



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
67ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A sexagésima sétima reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
4 auditório da CORSAN, rua Caldas Júnior, número cento e vinte, décimo oitavo andar, Porto
5 Alegre-RS, no dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e vinte
6 e cinco minutos. **Compareceram** os conselheiros: Helio Corbellini, Secretária de Estado -
7 SEMA – Presidência; Paulo Renato Paim, SOP – vice-presidência - representante; Joel
8 Lubianca, Secretaria dos Transportes – SEINFRA - representante; Margarete Vasata,
9 Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante; Julce Clara da Silva, Secretaria da
10 Saúde – representante; Pedro Obelar, SEMC – SEINFRA – representante; Luciane
11 Sant’Anna Peralta, Casa Civil – representante; Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio
12 Ambiente, representante; Teresinha Guerra, Comitê Lago Guaíba – titular; Leda Famer,
13 Comitê Tramandaí – suplente; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Luis Augusto
14 de Almeida Persigo, Comitê Ijuí – titular; Paulo Robinson da Silva Samuel, Comitê Gravataí
15 – suplente e José Alberto P. Vieira, Comitê Piratinim - suplente. **Ausentes:** Secretaria da
16 Agricultura – SEAPA e SEDAI. **Ausência Justificada:** Secretaria da Ciência e Tecnologia –
17 SCIT e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais:** Ivo Mello, Comitê Ibicuí, Tânia
18 Zoppas, Comitê Caí, Eduardo Leão Freitas, Secretária de Desenvolvimento Rural, Pesca e
19 Cooperativismo - SDR; Luiz Alberto P. Gastaud, Comitê da Lagoa Mirim e Canal S. Gonçalo;
20 Julio Salecker, Comitê Pardo; Maria Salete Cobalchini, FEPAM; Cristiane Loebens, Comitê
21 Turvo-Sta Rosa-Santo Cristo; Roberto Damasio de Carvalho, Comitê Santa Maria; Lucio
22 Simões Aquino, Comitê Butuí-Icamaquã; Arno Kayser, Comitê Sinos; Renata Gil e Ricardo
23 Almeida, CORSAN; Rafael Erling, DRH/SEMA; Rogério Dewes, Consultor; Patricia Moreira,
24 SE-CRH/RS; Fabrício Loguercio, GAB/SEMA; Guilherme Barbosa, SEHABS; Verushka G.
25 Xavier, Comitê Pardo; Leonardo Lima Pires, Comitê Piratinim; Marco Mendonça,
26 DRH/SEMA; Maria de Fátima Warth, CORSAN; Diego Carrillo, FEPAM; Sergio Cardoso,
27 Corsan; Tiago Correa, Comitê Tramandaí; Flávio Varone, FEPAGRO; Sidnei Gusmão Agra,
28 PROFIL; Carlos Alvin Heine e Mario Rangel, CORSAN; Raquel Reisdorfer, Comitê Ijuí;
29 Lenison Maroso e Vanderlei Decian, Comitê Apuaê-Inhandava; Eldo Costa, Comitê Santa
30 Maria; Alziro Ramos e Nabor Guazzelli, Ong Onda Verde; Elaine Santos, DRH/SEMA; Ada
31 Piccoli, Comitê Gravataí; Heloisa Fiori, DRH/SEMA; Nelson Narvaes, Comitê Quaraí; Tomaz
32 Galvão de Bem, Comitê Ijuí; Sergio Miotto, Comitê Apuaê-Inhandava; Carmem Lúcia S. da
33 Silva e Margarete W. Bremm, Secretaria Executiva do CRH/RS. **Presidente Helio**
34 **Corbellini** abriu a reunião saudando a todos, agradeceu a Corsan, em especial a pessoa do
35 Diretor de Operações, Dr. Ricardo, e o convidou para dizer algumas palavras. **Sr. Ricardo:**
36 minhas palavras são de boas-vindas e rápidas, porque sabemos que a pauta é extensa e o
37 trabalho de vocês é muito importante, que é um trabalho de construção. Sabemos da
38 importância que o CRH tem nesse contexto todo, onde o assunto está cada vez mais aqui
39 em volta, agora mesmo estamos atravessando um período de estiagem gravíssimo, onde as
40 questões relacionadas ao uso da água e as formas de aplicação realmente se tornam muito
41 importantes. Também nesse momento onde tem aquelas discussões relacionadas à
42 cobrança pelo uso da água, aos planos de bacia e uma série de elementos que tem que ser
43 construídos e que concedem uma importância muito grande ao Conselho. As palavras são
44 de boas vindas, a Corsan está inserida muito fortemente neste processo e a diretoria da
45 Corsan dá uma importância muito grande a todas as mobilizações que envolvem sistema de
46 recursos hídricos e vocês podem sempre contar com isso. O Presidente Corbellini conferiu o
47 quorum regimental para iniciar a reunião. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva**
48 apresentou a justificativa de ausência da Secretária de Ciência e Tecnologia. Leu o pedido
49 do Comitê Gravataí de inclusão na pauta de uma resolução que sai todos os anos sobre o
50 “Acordo de retirada de água na Bacia do Gravataí”. **Presidente Helio Corbellini** colocou o
51 pedido de inclusão do Comitê Gravataí em votação. Aprovado por unanimidade. **Item I –**
52 **Aprovação da Ata da 66ª Reunião Ordinária do CRH – Secretária Executiva Adjunta**
53 **Carmem:** pelo Regimento Interno do CRH, os conselheiros têm três dias antes da reunião



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 para se manifestar, não houve nenhuma manifestação sobre alteração da ata, vocês
55 gostariam que ela fosse lida? **Conselheiro Paulo Samuel:** esta ata está bastante extensa e
56 sugiro que as próximas sejam mais sucintas. A **Secretária Executiva Adjunta Carmem**
57 **Silva:** as atas são transcritas e inclusive eu vou propor alterar alguns pontos. No final onde
58 o Sr. Ivo Mello estava falando sobre as moções, ele inverteu, falou primeiro sobre a número
59 dois e passou de um assunto para o outro sem informar sobre o que ele estava falando. Nós
60 ouvimos várias vezes pra ter certeza. **Conselheiro Paulo Samuel:** na linha 159 aparece
61 repetido: O Presidente, O Presidente. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** foi um
62 erro mesmo, apesar de ter sido revisada, mas que às vezes acontece. **Conselheiro Ivo**
63 **Mello:** eu não entendi muito bem, fui citado várias vezes e não é mais pra fazer correções
64 nas atas? **Secretária Adjunta Carmem Silva:** pelo regimento interno a ata é enviada antes,
65 e três dias antes da reunião os conselheiros tem que manifestar alteração. A Marisa me
66 questionou, eu não tinha percebido que tu tinhas invertido a ordem, foi isso que eu pedi pra
67 corrigir e foi corrigido. **Ivo Mello:** tem várias coisinhas que estão podem ter uma
68 interpretação diferente. **Presidente Helio Corbellini:** as atas estão sendo gravadas, e
69 gostaria de adotar um procedimento de que sempre antes de uma pessoa falar, dizer seu
70 nome, quem é, para que esteja registrado e quando for degravado, a pessoa que vai
71 degravar, possa compreender. Temos o mesmo problema no CONSEMA. Vamos utilizar
72 essa prática. E a coisa que é degravada tem que no máximo às vezes passar uma revisão,
73 pra corrigir coisas como essa que aconteceu de uma palavra ser repetida, mas agora se as
74 concordâncias não estão certas, elas têm que ir como foram ditas. Se a pessoa acha que
75 mudou o conceito, mande: olha não foi isso; mas mande dentro desse prazo pra nos ajudar.
76 Presidente colocou em votação. Aprovada por unanimidade. **Item 02 – Apresentação dos**
77 **estudos realizados na Bacia do Tigre – Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:**
78 salientou que esse assunto foi pauta na reunião passada e o Presidente pediu vistas,
79 trouxemos aqui o Sr. Rogério Dewes que vai fazer a apresentação dos estudos novamente.
80 **Sr. Rogério Dewes:** boa tarde a todos, é um prazer rever velhos amigos e outras pessoas
81 que não via há muito tempo. Vou ser muito breve, porque é um assunto até que já foi
82 apresentado aqui no conselho, mas é um pequeno apanhado do trabalho que foi feito em
83 final de 2008, início de 2009, que é aquele clássico plano de bacia. Nesse caso aqui
84 envolveu aquelas três etapas, foi um trabalho que foi desenvolvido, inicialmente era pra ser
85 seis meses, acabou se estendendo por mais dois e se fez então em três etapas. A bacia do
86 Arroio Tigre é nas nascentes do Apuaê Mirim que é afluente do Uruguai, então uma
87 pequena área da bacia do Apuaê-Inhandava que foi estudada exatamente onde está a área
88 urbana do município de Erechim. A primeira etapa é o diagnóstico, a segunda delas formula-
89 se os cenários cujo objeto é o enquadramento dos usos da água em classes de uso e
90 conservação e a terceira etapa é o programa de ações visando atingir aquele
91 enquadramento que foi definido na etapa B. É uma bacia pequena, cerca de nove mil
92 hectares e resolvemos dividir essa bacia em unidades, em face de determinadas
93 características de cada região. No nosso caso lá, fizemos em quatro unidades, aqui está a
94 área do município de Erechim, a unidade Tigre, a unidade Ligeirinho que é onde está a
95 barragem da Corsan que capta água para abastecimento do município. Aqui temos a região
96 do rio Campo que é a área totalmente rural e essa área aqui que tem a característica um
97 pouco diferenciada. Então em função dessas características e de outras, individualizamos
98 essas quatro unidades. Evidentemente teve aquela clássica análise do uso do solo. Aqui
99 está uma imagem de satélite que usamos para mostrar a unidade Tigre e aqui estão os
100 córregos que drenam praticamente toda a área urbana do município. Aqui está uma síntese
101 do que se têm usos do solo nessa região, nessas quatro unidades: 64% praticamente é
102 culturas anuais, ou seja, soja milho, essas que se repetem. Ainda 14% remanescentes
103 florestais e 15% da área é região urbanizada. Também foi mapeado o que tem ainda em
104 APP, e na região do Campo a vegetação. Temos aqui na unidade Tigre, logo abaixo da
105 jusante da cidade se vê invasão de APP, construções praticamente dentro do rio e aqui na
106 unidade Campo estão uma das áreas mais preservadas que se tem. Os principais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 problemas que se detectou lá é a questão do lixo. Isso foi uma avaliação que se conseguiu
108 no ano de 2006, com projeção para 2017. A produção estimada de lixo é na ordem de 53
109 toneladas por dia, são coletadas 50 toneladas de lixo e tem uma projeção para 2007 de 76
110 toneladas por dia. Esse volume de lixo produzido, essas três toneladas não coletadas
111 acabam indo parar nos rios que são canalizados dentro da área urbana. Também tem o lixo
112 produzido na área urbana e despejado na área rural. Temos aqui o encontro do Arroio Tigre
113 que drena a área urbana de Erechim com o rio Campo que drena uma área evidentemente
114 rural, que se juntam e formam o Apuaê-Mirim. Aqui tem um cenário que mostra um rio que
115 drena uma área rural, completamente limpo, que junta com um rio que drena uma área
116 urbana com problemas de lixo, inclusive com diferença na coloração da água. E, além disso,
117 evidentemente o esgoto de Erechim que é lançado no Arroio Tigre. Esse problema de lixo é
118 talvez um dos mais sérios que tem lá. Também com relação à qualidade da água, temos a
119 jusante da área urbana, onde o rio está com classe quatro, uma vez que não tem tratamento
120 de esgoto em Erechim e as demais áreas com água classe um. Fizemos também a parte de
121 balanço hídrico tanto de quantidade como de qualidade. Em relação ao quantitativo, temos
122 um problema que se manifesta todos os anos, que é o racionamento em Erechim, ou seja, a
123 água necessária para diluir o esgoto que tem ali e levar a água para classe dois é
124 insuficiente, não tem como ter uma qualidade boa da água. Podemos sintetizar o que vimos
125 lá em quatro aspectos: disponibilidade de água reduzida, tratamento de esgoto, a questão
126 dos resíduos sólidos no Arroio Tigre, apesar de que o processo relativamente adequado de
127 coleta de lixo, ainda tem problemas com a saúde e ocupação das áreas de proteção de
128 cursos de água, isso acontece principalmente na sub-bacia que abastece a cidade, na
129 barragem. Nós verificamos, através do Plano Diretor, o que já está acontecendo na prática,
130 que é a expansão da área urbana exatamente nas áreas de nascente na bacia que
131 abastece a cidade de Erechim. Isso finalizou a etapa A. Na etapa B, o enquadramento foram
132 feitas várias reuniões em cada uma das unidades, a sociedade se manifestou e decidiu-se
133 que as unidades Ligeirinho, Campo e Poço devem se manter em classe um. O UHG Tigre
134 em classe três, porque mesmo tratando todo o esgoto não se consegue levar essa água pra
135 pelo menos classe dois e ao longo do Rio Tigre ficou com classe dois. Partimos pra etapa C,
136 foram identificados e individualizados oito programas cujo objetivo é exatamente tentar fazer
137 com que as águas atinjam aquele enquadramento decidido. Primeiro deles: implantação da
138 cobrança pelo uso da água. Implantação da APA do Arroio Ligeirinho que é exatamente uma
139 proposta de área de proteção ambiental que é exatamente pra proteger os mananciais.
140 Rede de monitoramento da qualidade das águas. O papel do comitê em tentar induzir a
141 Prefeitura a fazer essa revisão do Plano Diretor e ver o que foi retificado lá. Quanto à
142 estiagem, desenvolver um programa muito mais voltado pra área rural, ou seja, para
143 problemas de abastecimento rural. Reposição da mata ciliar. Programa para reduzir os
144 processos de erosão que existem lá. Essa educação ambiental está muito mais voltada à
145 questão do lixo, evidentemente resolvem-se os problemas clássicos com um enfoque muito
146 forte no lixo. Existe um projeto de implantação da coleta, distribuição e tratamento de esgoto
147 na cidade de Erechim e tinha uma particularidade na época que a Corsan tinha vencido o
148 convênio com a Prefeitura e havia uma discussão sobre a renovação ou não desse
149 convênio, essas questões ficaram suspensas na época, mais tarde se renovou e a Corsan
150 começou a fazer o programa de recuperação do Rio Prata. Em linhas mundiais seria isso.
151 Aquele primeiro programa que é a questão da cobrança pelo uso da água, como sou
152 macaco velho nisso, sei que normalmente os planos de bacia param na segunda etapa. Isso
153 é histórico, é clássico e não é particularidade do Rio Grande do Sul. Nós, em discussões
154 com o comitê pensamos o seguinte: todos esses programas são relativamente baratos, não
155 precisamos de muito dinheiro, é muito mais ação humana do que capital. Fizemos uma
156 avaliação do potencial de arrecadação dessas regiões, considerando apenas o
157 abastecimento público. A Corsan captava na época cerca de 650.000 metros cúbicos/mês
158 para abastecer a cidade. Então pensamos o seguinte: se a gente cobrar um centavo por
159 metro cúbico, se arrecada por ano setenta e dois mil. Se cobrar dois centavos, cento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 quarenta mil. Ora, com cento e quarenta mil é possível conduzir todos os programas juntos,
161 ou seja, implantar o programa de monitoramento, se conseguiria fazer estudos e apoiar a
162 implantação da APA do Ligeirinho, enfim, fazer que todos os programas andassem
163 paralelamente e mais, se poderia também manter o comitê que hoje tem repasse do Estado.
164 Então, à luz disso, discutimos muito e se propôs até como plano piloto. É uma área
165 pequena, inicialmente se começaria uma cobrança apenas para abastecimento público, se
166 tiraria recursos para cadastrar os demais usuários. Então, se poderia ir montando essa rede,
167 e começar um processo realmente de se encaminhar para implementação efetiva do
168 programa. Hoje, salvo eu esteja totalmente enganado, normalmente os planos de bacia que
169 vão até a etapa C, são fechados, ou seja, dificilmente se consegue implementar pelo menos
170 a totalidade dos programas previstos. Ainda em relação a cobrança, na época havia a
171 preocupação em relação a CPMF, por isso colocamos uma série de amarras nesse
172 processo, educação ambiental, divulgação, rede de monitoramento, uma série de coisas que
173 inclusive estão aí. Por isso se propôs a implantação da cobrança, como o primeiro plano,
174 exatamente para gerar recursos e atender todas as solicitações. Poderia servir até como um
175 projeto piloto, de teste, já que no Rio Grande do Sul está se discutindo muito pouco tarifação
176 ou cobrança pelo uso da água, tanto que se pegamos Minas Gerais como exemplo, foi um
177 Estado que evoluiu muito, hoje não está em todo Estado, mas em praticamente toda bacia
178 do Rio Doce existe a cobrança pelo uso da água. O preço básico, a partir do qual são
179 decididos os coeficientes em Minas Gerais, são diferentes, tem bacias que é um centavo por
180 metro cúbico, algumas é dois centavos, então esse é o preço base. Então a idéia foi essa,
181 de simplesmente começar um processo de cobrança, fazer um teste, um projeto piloto e ao
182 mesmo tempo gerar um tipo de recurso que é pequeno pra fazer andar sete programas, que
183 são programas baratos. **Presidente Helio Corbellini:** alguém tem alguma pergunta a fazer,
184 não houve manifestação. Esse conjunto de ações já foi em 2010 feito um processo e
185 encaminhado a Câmara Técnica Jurídica, e ela foi contrária ao item um e também em 16 de
186 março deste ano a Câmara Técnica emitiu um outro parecer desfavorável a instituição da
187 cobrança em contexto a pauta do artigo 40 da lei 10.350. Este é um assunto que nós temos
188 que enfrentar e chegar a uma conclusão. Mas nós estamos destacando este item número
189 um, pra encaminhar esse item a Câmara do Uruguai, que se inicie um processo de
190 discussão e sugerimos a aprovação do conjunto das sete outras ações que constam no
191 relatório. Está compreendido? **Conselheiro Daniel:** ficam aprovadas não só as ações, mas
192 o enquadramento dos recursos hídricos. **Presidente Helio Corbellini:** por isso eu destaco:
193 aprovam todas as ações, vamos encaminhar aos senhores e também ao debate na Câmara
194 Técnica. **Vanderlei Decian:** se nós aprovarmos essas sete ações, bem colocadas pelo
195 professor Rogério Deves, porque é o seguinte, como inventaremos essas sete ações não
196 havendo recursos, por exemplo: foi colocado que uma das primeiras ações era justamente a
197 instituição da cobrança para num segundo momento nós termos recursos pras etapas
198 posteriores. Para ficar bem claro, o que nós queremos é aprovar o plano, etapa A, B e C. Se
199 não ocorrer, primeiro queremos que o plano seja aprovado. Aprovou-se o plano, aí sim nós
200 poderíamos estar discutindo num momento posterior a questão da cobrança. Mas nós
201 precisamos que o plano esteja aprovado, nós gostaríamos de aprovar o plano, esse estudo.
202 **Presidente Helio Corbellini:** sim, nós estamos colocando em aprovação, a única coisa que
203 estamos botando em destaque é o item um. **Diretor Marco:** na verdade essa é uma
204 discussão que já vem há mais tempo e se colocou alguns apontamentos jurídicos. **Rafael**
205 **Erling:** quero deixar claro que a lei estadual 10.350 não prevê que o Conselho aprove o
206 plano de ações, prevê que o conselho aprove o enquadramento através de resolução. Então
207 só pra deixar claro, o que está em discussão, o que depende da aprovação deste conselho
208 é o enquadramento dos quadros hídricos da bacia do Apuaê-Inhandava. A discussão de
209 cobrança é verdade, a gente tem que entrar nessa discussão no futuro, mas o que tem que
210 ser passível de aprovação deste conselho é apenas o enquadramento. Plano de ações não
211 é passível de aprovação deste conselho. O encaminhamento que foi dado na última reunião
212 da Câmara Técnica do Uruguai, que foi na mesma data da última reunião do CRH, foi que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 se formaria um grupo de trabalho pra discutir a implementação da cobrança, mas não é isso
214 que está sendo colocado pelo comitê. No meu entendimento, o que está sendo colocado em
215 aprovação é o enquadramento. A implantação da cobrança em uma bacia até é passível de
216 passar pelo conselho, mas não é isso que está sendo colocado em pauta no momento.
217 **Presidente Helio Corbellini:** eu daria a dica que se mande para a CTU, entendi que seria
218 formado um grupo de trabalho para começar a implementar efetivamente a discussão dessa
219 questão, não só da parte da região que está sendo proposta. Eu tinha entendido isso, mas
220 se é esse então nós vamos aprovar e tem o seguinte: esse presidente comunica que quer
221 sim, nós temos por lei que avançar com esses assuntos aí, nós vamos avançar, não
222 podemos fugir dos assuntos, vamos enfrentá-los e chegar a uma solução. Só que hoje não
223 há condições nem elementos suficientes pra se discutir e aprovar. Então eu coloco em
224 aprovação da forma como foi colocado o enquadramento, do projeto que foi exposto aqui
225 pelo Doutor Rogério Dewes. **Diretor Paim:** Presidente por uma questão de ordem: há de se
226 separar essas duas votações, para que primeiro se fique muito claro. Uma coisa é o
227 encaminhamento de volta a CTU sem o item um e a outra coisa é aprovação do
228 enquadramento. São duas coisas. **Presidente Helio Corbellini:** sim, nós estamos
229 aprovando o enquadramento. Colocado em votação, o Enquadramento foi aprovado.
230 **Conselheiro Paulo Samuel:** quanto ao documento que foi encaminhado, mais uma vez
231 sendo um pouco chato, mas tem um erro, eu acho que são documentos de Estado,
232 documentos oficiais têm que fazer essas correções. Documento encaminhado nota técnica
233 02 /2012, está “Câmera”, todos os itens diz “Câmera”, deveria ser “Câmara”. **Presidente**
234 **Helio Corbellini:** nós vamos colocar em votação o programa de ações apresentado, aqui
235 neste documento tem nove e ali tem oito. Então esse plano de ações neste documento que
236 deve ter sido enviado a vocês com destaque do um. Diante desse parecer encaminharemos
237 de novo a Câmara Técnica o plano de ações. Eu queria fazer uma pergunta, esse valor não
238 pode entrar no orçamento do fundo? Por que não é encaminhado esse valor ao orçamento
239 do fundo pra não ter que discutir? A semana que vem vamos ter que fazer uma reunião
240 extraordinária exatamente para aprovar o orçamento, nós temos prazo. Então estamos já
241 comunicando a vocês, e que se encaminhe também se for necessário para se incluir no
242 orçamento esses valores do programa de ações. Vejam bem, eu espero que esses
243 programas, essas ações, se tiverem projetos, da forma correta, com valores, eu mesmo
244 encaminho para ser colocado no orçamento. **Item 03 – Ofício Sinos nº. 078/2012 -**
245 **Prorrogação do mandato da diretoria – Pedido de Vista do Presidente - Secretária**
246 **Executiva Carmem Lúcia Silva:** foi analisado e foi publicada uma resolução ad referendum
247 aprovando a prorrogação a partir da data da reunião passada, de 22 de junho de 2012.
248 **Conselheiro Paulo Samuel:** por uma questão eu acho que temos um problema nesse
249 documento, onde se lê: Presidente do Conselho de Recursos Hídricos - Thiago Pacheco
250 Costa Krebs. Segundo o regimento, o Presidente do Conselho é o Secretário do Meio
251 Ambiente, Vice-Presidente o Secretário de Obras. **Presidente Helio Corbellini:** no dia 07
252 de agosto este secretário estava no exterior e o Dr. Thiago Pacheco era o Secretário em
253 exercício. **Conselheiro Paulo Samuel:** então talvez deva colocar “Presidente em exercício”.
254 **Presidente Hélio Corbellini:** concordo pra ser corretinho tinha que ser “em exercício” sim,
255 mas ele tem todo poder pra assinar esse ad referendum. **Conselheiro Paulo Paim:** tem um
256 parecer, acho que é da PGE, dizendo que quem substitui o presidente do CRH é o vice-
257 presidente. Na ausência do presidente, o vice-presidente é o substituto do presidente e na
258 ausência do presidente, do vice-presidente e do substituto do presidente, um substituto do
259 vice-presidente, só esses quatro. Nós não temos no nosso regimento aquele item que
260 alguns têm, de que o mais velho dos conselheiros assume. Tanto foi assim que eu tive o
261 prazer de substituí-lo na reunião na FEE pelo simples fato de que nenhum dos outros três, o
262 senhor não estava presente, o seu vice não estava presente, o seu substituto não existia na
263 época e então sobrou eu. Eu fui lá e presidi. Então só pra esclarecer que, está certo Paulo
264 Robinson, é preciso que na sua ausência seja o seu vice e não o seu substituto, a não ser
265 que seu vice estivesse também no exterior. **Presidente Hélio Corbellini:** Na semântica aí,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 eu não estava e ele era o secretário. Se a resolução diz que é o secretário, ele é o
267 secretário, ele não estava ausente, estava presente. Ele estava em exercício, então ele era
268 de fato o presidente. Entendeu Paim? Não é aqui, não é uma reunião, é um ato ad
269 referendum que interessava a todos nós. **Conselheira Leda:** no estatuto do CRH é o
270 secretário titular ou seu vice-presidente na sua substituição e não o outro que está
271 substituindo a atividade administrativa na secretaria. **Presidente Helio Corbellini:** não;
272 agora a função do secretário que seria adjunto, que não existia anteriormente e agora existe
273 nesse Governo e ele é o secretário, como todos os poderes! Eu saindo de Porto Alegre ele
274 pode assinar por delegação do Governador. **Conselheira Leda:** ele é o seu vice?
275 **Presidente Helio Corbellini:** ele é o secretário, nos somos dois secretários, cada secretaria
276 agora tem dois secretários, tem eu e tem o outro que é o adjunto, que é secretário também.
277 Mas tudo bem, eu acho que vale como nós darmos, também olhamos um pouco o nosso
278 regimento, como também aqui parece que tem uma sugestão de nós olharmos todos os
279 regimentos e fazermos uma boa discussão em relação a isso. **Presidente Helio Corbellini**
280 colocou em votação o pedido de prorrogação do Comitê Sinos. Aprovado com três
281 abstenções. **Item 04 - Proposta de Resolução para criação do Comitê local de**
282 **Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. Secretária Executiva Adjunta**
283 **Carmem Silva:** foi encaminhado a todos como combinado na reunião passada, essa
284 resolução que propõe a criação do comitê com a composição dos elementos. Temos aqui o
285 relatório, se alguém quiser ver, com todas as reuniões da comissão. **Dra. Elaine Santos –**
286 **Geógrafa do DRH:** o Estado do Rio Grande do Sul está tomando uma atitude, com
287 referência a esse processo, que tem mais de dez anos, que é um trabalho legítimo, um
288 trabalho que foi realizado já há bastante tempo e teve apoio de todos os diretores do DRH;
289 nós temos aqui o ex-diretor Rogério Dewes, o ex-diretor Paulo Paim, que se empenharam
290 também para a criação desse comitê. Mas a gente ficou sempre na dependência do CNRH.
291 Então, para que nós pudéssemos já viabilizar pelo menos nas áreas de domínio do Estado
292 do Rio Grande do Sul e que deram para o Mampituba um apoio e esse trabalho, então
293 surgiu a oportunidade de nós criarmos um comitê local da bacia do Mampituba. Isso pelo
294 menos já nos facilitaria, nós aprimorarmos um diagnóstico dessa bacia para depois
295 encaminharmos futuramente um comitê realmente integrado a essa bacia. O Ministério do
296 Meio Ambiente, através do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nos encaminhou um
297 documento falando do interesse de criar o comitê, mas com aquelas exigências que nós
298 ainda não conseguimos cumprir, que é um dossiê completo da bacia hidrográfica. Essa a
299 proposta...(inaudível), que acontece na bacia do Quaraí e na bacia do Negro, nós já
300 podemos ter todo o Rio Grande do Sul preenchido com seus comitês de bacia e aí a gente
301 já ter mais condições de aprimorar os estudos na bacia e futuramente ter um comitê
302 composto. **Conselheiro Paulo Paim:** por justiça está tudo absolutamente perfeito, tanto a
303 Elaine quanto eu e outras pessoas, trabalhadores do DRH acompanhamos bem a história
304 do meu amigo Nabor. Só acho que do ponto de vista do Conselho essas justificativas aqui
305 precisam ser engordadas, com um caráter de excepcionalidade, na medida que, esse ato
306 político do maior significado não está embasado em nada legal. É preciso, e acho que nós
307 do CRH temos condição de aprovar tudo isso. Eu só sugiro que fique registrado que é de
308 caráter excepcional. **Presidente Helio Corbellini:** está registrado e registre-se também, se
309 já não foi na outra reunião, o trabalho e a luta do Sr. Nabor Guazzelli e seus companheiros
310 de luta lá da região. Colocou em aprovação. Aprovado. **Item 05 – Proposta de**
311 **Enquadramento das Águas Superficiais do Rio Ijuí. Luis Persigo Presidente do Comitê**
312 **Ijuí:** Boa tarde a todos. Só quero fazer um breve relato, o Sidnei vai fazer a apresentação
313 pra nós. Foi um período de transição para nós e aproveitando isso eu quero fazer uma
314 correção sobre o ofício encaminhado, na verdade a aprovação desse plano em termos de
315 comitê foi dia dezesseis de março de dois mil e doze, então solicita-se a correção, em
316 função justamente dessa transição, ao qual está aí o Tomás de Bem, que fazia parte da
317 diretoria anterior e hoje também é conselheiro. Foi um processo plenamente democrático
318 em termos de comitê, teve várias reuniões, o Sidnei pode nos relatar, o Rafael Erling



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 também acompanhou, outros companheiros também acompanharam e é realmente o que a
320 comunidade da bacia hidrográfica do Rio Uruguai deseja e quer dentro da sua área de mais
321 de dez mil quilômetros quadrados. **Sidnei Agra:** boa tarde, é uma alegria falar a este
322 conselho mais uma vez, hoje é um dia celebrativo, porque trazemos ao conselho o produto
323 final de um trabalho longo, bastante proveitoso e que eu acho que com o passo de hoje, faz
324 avançar a gestão de recursos hídricos na bacia do Rio Ijuí e na bacia do Uruguai como um
325 todo, junto com alguns representantes, o processo semelhante pra bacia do rio Ibicuí. Estou
326 apresentando aqui porque tive a oportunidade junto a Profil Engenharia de coordenar os
327 trabalhos de elaboração desta primeira etapa do plano de bacia do Rio Ijuí. Como todo
328 mundo já conhece, o plano elaborado naquelas três grandes etapas; etapa A, o diagnóstico,
329 etapa B de enquadramento propriamente dito e etapa C relativo aos programas de ação. O
330 trabalho desenvolvido pelo Ijuí contemplou as etapas A e B, desenvolvidas pela Profil
331 Engenharia, com acompanhamento do Diego Carrilo pela FEPAM e o Rafael Erling pelo
332 DRH. O comitê naquela ocasião era representado pela professora Zuleica, presidente do
333 comitê na gestão anterior, agora então substituída pelo Sr. Luis Persigo. O que tem aqui, só
334 pra ter uma idéia do trabalho que dá e do envolvimento que se tem, ao longo do processo
335 de elaboração de uma proposta de enquadramento como essa, os trabalhos começaram
336 oficialmente e novembro de dois mil e dez, onde na reunião em Santo Ângelo aprovamos
337 um plano de trabalho previsto para desenvolvimento dos estudos. Depois vocês vêm aqui,
338 a cada mês, a consultora levou ao plenário do comitê um pedacinho, fez um diagnóstico
339 dentro de um processo de enquadramento e o processo foi sendo construído aos poucos,
340 de modo que quando chegou ao final, na plenária que o Persigo fez referência, em março de
341 dois mil e doze, em Panambi, para aprovação do enquadramento propriamente dito, nada
342 era novidade, não chegou lá uma caixa de surpresa, agora tem mil e quinhentas páginas de
343 relatório pra ler, para aprovar o documento final, não. A cada mês era levado e discutido
344 com aprovações parciais, de elementos que iam sendo colocados a disposição da
345 sociedade. E além das reuniões ordinárias do comitê, mês a mês, há também um conjunto
346 de reuniões públicas que foram feitas em duas etapas: uma primeira etapa com seis
347 reuniões, que a gente chamou de consultas públicas de pré-enquadramento, uma
348 terminologia já consagrada no Rio Grande do Sul, feita pela primeira vez quando do
349 desenvolvimento da proposta metodológica da bacia do Lago Guaíba, lá em dois mil e um,
350 dois mil e três. Aqui vocês têm só em caráter ilustrativo, seis mapinhas, sendo colocados na
351 parede em tamanho grande e a população se manifestava com etiquetas coloridas,
352 indicativas dos usos futuros pretendidos para cada setor da bacia hidrográfica. Eram seis
353 reuniões regionais. Com base nessa manifestação quanto aos usos futuros foi elaborada
354 uma proposta de enquadramento em novembro do ano passado o comitê avaliou essa
355 proposta, a aprovou para que ela fosse levada a uma segunda rodada de reuniões públicas
356 em dezembro do ano passado, dessa vez com três reuniões, sempre respeitando a própria
357 divisão da sociedade lá e também física da bacia, do Alto Ijuí, do Médio Ijuí e o trecho de rio
358 caracterizado como Baixo Ijuí. Isto totaliza se não me engano dezoito reuniões do plenário
359 comitê e mais nove reuniões públicas entre o período de novembro de dois mil e dez e
360 março de dois mil e doze. Então com tudo isso, aqui eu não trouxe elementos da etapa A,
361 de diagnóstico, mas vim direto na proposta de enquadramento. A proposta final elaborada
362 com base num conjunto de informações técnicas levantadas na etapa do diagnóstico, com
363 base no conhecimento atual da situação da qualidade da água, lembrando que a proposta
364 de enquadramento não pode recomendar classes piores do que a situação atual, porque é
365 fundamental conhecer a situação atual no processo de enquadramento, pra não cair nesse
366 risco. Ainda com base nas ações que eram necessárias para o alcance das metas, a idéia
367 era não ter enquadramento fictício, ilusório, utópico, então as classes que foram propostas
368 foram verificadas se são alcançáveis com as medidas relativas, principalmente esgotamento
369 sanitário das principais cidades e como a gente tinha falado antes, também com base nas
370 manifestações de interesse do conjunto daquelas reuniões públicas. E aqui então o produto
371 final, aprovada inicialmente em novembro, referendado pela sociedade, na verdade a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 sociedade mudou o enquadramento desse pequeno trecho de rio aqui que passa dentro da
373 cidade de Santo Ângelo, uma discussão ímpar com a minha experiência no sistema de
374 recursos hídricos. Cinco secretários municipais de Santo Ângelo e mais o Vice-Prefeito
375 estavam na reunião pública pra dizer que não aceitavam que aquele trechinho de rio que
376 atravessa o município deles, ficasse enquadrado em classe três e fosse entendido como
377 pior rio da bacia. Lá eles disseram: não, nós cinco secretários, mais o Vice-Prefeito,
378 assumimos o compromisso de melhorar a situação ambiental e a qualidade ambiental desse
379 trecho de rio; tanto que na proposta final ele está com sugestão de classe dois e a gente
380 mostrou no capítulo final do plano que medidas o município tem que adotar para que
381 alcance essa média de classe dois para aquele trecho de rio. Aqui então o enquadramento
382 da bacia como um todo, esses conjuntos aqui, só pra vocês se localizarem, as cidades de
383 Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, assim vocês conseguem mais
384 ou menos ter uma idéia do que a gente está falando. Todos os rios coloridos que estão aí,
385 são os que compõem a proposta de enquadramento, sempre classe um ou dois, que foram
386 as classes adotadas, tendo em vista que a situação da qualidade de água lá já é muito boa,
387 exceto a jusante dos principais municípios como: Panambi, Cruz Alta, Ijuí e Santo Ângelo
388 também têm problemas; condições muito parecidas com a que o Rogério apresentou antes
389 pro entorno de Erechim, a situação é semelhante no estado inteiro. Então essa é a proposta
390 em termos de mapa. Fizemos uma tentativa de um diagrama esquemático, esse braço mais
391 comprido é o próprio rio Ijuí, praticamente sempre com classe um, que é o verde; um
392 pequeno trecho em classe dois, a jusante de Santo Ângelo e depois um trecho em classe
393 dois numa área lá no trecho baixo, sobre efeito de remanso de reservatórios de duas
394 grandes usinas de geração de energia. Então o comitê entendeu que naquele trecho valia a
395 pena deixar a recomendação de classe dois, coisa parecida com esse trecho aqui de classe
396 dois do Ijuizinho, também sujeito a uma cascata de pequenas centrais elétricas, que
397 modificam o padrão de comportamento do rio e o comitê recomendou então classe dois. Os
398 outros trechos que tem classe dois é esse aqui, a jusante de Cruz Alta, a jusante de Ijuí, a
399 jusante de Santo Ângelo, aqui do trecho alto também algum trecho com bastante carga
400 agropecuária, maior concentração de gado da bacia. E aqui a lista pra ficar confirmado, em
401 classe um no trecho alto o rio Ijuí, a partir da confluência do Fuiza-Caxambu, quando ele
402 começa, o Caxambu, o Fiúza, o Palmeiras. Então trecho a trecho vai sendo apresentado e
403 essa redação está transcrita na resolução pra que fique bem claro quais rios integram
404 realmente a proposta de enquadramento e qual classe, em qual trecho está recomendado
405 como meta. Na seqüência, os trechos em classe dois no Alto Ijuí, em classe dois no Médio
406 Ijuí e em classe dois no Baixo Ijuí. A resolução nº. 357 e a nº. 91 regram o que é
407 enquadramento e o quanto se dá o processo de construção, principalmente a nº. 357 fala
408 que pra todos os trechos em que a situação atual está distante daquela meta futura do
409 enquadramento, melhor dizendo, daquele objetivo futuro da proposta de enquadramento,
410 deve ser construída uma meta intermediária, um conselho que o Paim didaticamente nos
411 falava, da tal escadinha que faz gente sair da condição atual e nos faz chegar na condição
412 futura. Paim me falou que a proposta é da Salete, então é dos dois, tudo bem. Então pra
413 esses trechos: o Arroio Cachoeira, a jusante de Ajuricaba, os Arroios Bugiganga e Faxinal a
414 jusante de Nova Ramada, o rio Fuiza a jusante de Panambi, o rio Potirungú a jusante do Ijuí,
415 rio Conceição a jusante de Cruz Alta e o Arroio Itaquarixim a jusante do Santo Ângelo, todos
416 eles hoje se encontram em classe três ou em classe quatro e foram enquadrados, alguns
417 em classe três ou quando muito, classe dois. Então a proposta é que em dez anos todo
418 mundo seja a classe três e em vinte anos todo mundo seja classe dois; dois degraus mais
419 ou menos intermediários, com intervalos de dez anos cada um. Algumas condicionantes da
420 proposta que também estão transcritas na resolução: a proposta vale apenas para os cursos
421 de água que estão na proposta, ou seja, lá em setembro de dois mil e onze, o comitê
422 aprovou a lista de rios que seriam enquadrados, os outros que ficaram fora da proposta se
423 dá por desconhecimento da situação atual, então é complicado enquadrar sem que você
424 tenha informação da situação atual, bem como pela pequena expressividade deles,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 significância deles, na região frente aos demais. Ainda que um afluente de um trecho
426 enquadrado sofra conseqüências do enquadramento no afluente e além do que também a
427 própria resolução prevê que rios não enquadrados são classe dois. Se a informação na
428 proposta determina sendo classe dois mesmo, então deixa de fora e eu sigo esse preceito
429 legal. Está recomendado explicitamente que sejam feitos estudos específicos naqueles
430 trechos de remanso dos reservatórios, tanto do rio Ijuí, nas duas barragens, como também
431 no rio Ijuizinho, no trecho baixo, ou seja, ficou aquela recomendação que ali a meta pode ser
432 classe dois, mas que merecia espaço e um pouco mais de cuidado pra ver se não seria
433 possível pra aqueles trechos a proposta da classe um. Também ficou proposto para um
434 segundo momento que só haja previsões de enquadramento em classe especial, no
435 momento que também tiver sendo discutida a criação de unidades de conservação e
436 implantação integral na bacia; na bacia por incrível, que pareça não dispõe de nenhuma
437 unidade de conservação e proteção integral e não faz sentido propor classe especial porque
438 não há água compatível com reservas, com local sem grande interação humana, se não há
439 dispositivo que regule a chegada do ser humano naquele trecho. No momento que puder, no
440 plano, ou em outro momento, ser discutida a proposição da criação de um UCs naqueles
441 trechos pode se discutir o enquadramento em classe especial. Conforme manda a resolução
442 nº. 9, fica proposto que os órgãos de gestão ambiental e recursos hídricos passem a operar
443 uma rede de monitoramento para aferir o alcance das metas de enquadramento. A vazão de
444 referência aprovada pelo comitê é a Q90, ou seja, a vazão com noventa por cento garantia,
445 isso já da margem de qual é a garantia de alcance do enquadramento. Recomenda-se que o
446 enquadramento seja a partir de agora o orientador do processo de licenciamento ambiental
447 na bacia, inclusive para fins de aplicação da resolução nº. 128 CONSEMA, com esta vazão
448 de referência, a Q90 e o comitê propôs ainda, que daqui a cinco anos essa proposta de
449 enquadramento seja revista. Aqui pra quem quiser conhecer um pouco mais tem o site onde
450 os documentos gerados no plano estão à disposição, também estão à disposição no comitê
451 e no DRH, com os contatos de quem elaborou os estudos. A resolução começa nos
452 considerandos clássicos, aqui estão os horizontes pra vinte anos, a proposta de
453 enquadramento, por classe, por trecho e por curso d'água, os trechos de estudos
454 complementares, as questões de classe especial. No artigo segundo a meta intermediária,
455 classe dois em vinte anos, com classe três em dez anos. Como a resolução nº. 91, fala tem
456 que ser apresentado um quadro com as metas intermediárias, além da formação textual, foi
457 colocado um quadro onde diz qual é a situação atual, a meta de dez anos, meta do
458 enquadramento, o objetivo final pra vinte anos, com a revisão em cinco anos, as redes de
459 monitoramento e os relatórios periódicos de alcance como prevê a resolução nº. 91, a vazão
460 de referência Q 90 e a referência do enquadramento como instrumento de orientação da
461 resolução nº. 128 para o licenciamento ambiental na bacia. Então foi isso que foi trabalhado
462 lá nesse período. **Luiz Persigo:** só quero fazer uma ressalva porque talvez abra alguma
463 preocupação sobre como vai sair uma meta três pra uma meta dois. A situação é a seguinte:
464 o município de Santo Ângelo, por exemplo, com mais de oitenta mil habitantes; o rio
465 Itaquerixim é o que cruza a cidade e tem gestão própria de meio ambiente; ao qual fez
466 vários investimentos nessa área e por outro lado também a estação de tratamento da
467 Corsan, que começa efetivamente a ser trabalhada, ela já existe, já está fazendo
468 recolhimento e o município de Santo Ângelo possui o plano de saneamento básico aprovado
469 e começando em fase de implantação. Bastando isso já se justifica a possibilidade de
470 melhora dessas águas nesses períodos de dez até vinte anos. Presidente colocou a
471 resolução em votação. Aprovado por unanimidade. **Conselheiro Paim:** é impossível não
472 deixar registrado o cumprimento ao comitê Ijuí, a sociedade, os representantes que compõe
473 o comitê, a Profil Engenharia pelo trabalho sempre exemplar e ao Departamento de
474 Recursos Hídricos da SEMA, que tem mostrado que a metodologia participativa, com a
475 sólida base técnica que se tem aqui no Rio Grande do Sul, dá resultado, está provado, tanto
476 no ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista da condição política. Apesar dos narizes
477 torcidos que nós encontramos pelo Brasil afora, inclusive aqui no Rio Grande do Sul, está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 provado mais uma vez que esse processo funciona, dá certo, é pragmático e sério do ponto
479 de vista técnico. Então aproveitando também para cumprimentar o Comitê Apuaê-
480 Inhandava, a sociedade que o compõe, a ACL Assessoria & Consultoria que nem existe
481 mais e o DRH, pelos mesmos motivos. Um algo a mais que o Ijuí, pela oportunidade que
482 teve o Ijuí não teve, a exemplo do Gravataí a ousadia de tocar num assunto que nós, o
483 Estado do Rio Grande do Sul, não temos coragem de tocar. **Presidente Helio Corbellini:**
484 obrigada e parabéns ao pessoal e aos funcionários do DRH, que é raro receber parabéns.
485 **Item 06 – Parecer Jurídico sobre a Diretoria dos Comitês – Secretária Executiva**
486 **Adjunta Carmem Silva:** esse parecer surgiu a partir do processo eleitoral do Comitê da
487 Lagoa Mirim – Canal São Gonçalo. O Presidente na época, o Maia, já tinha ocupado duas
488 gestões e pretendia participar da terceira. No entendimento da Secretaria Executiva do
489 CRH, porque no estatuto deles permitia uma recondução, nós pedimos a Assessoria
490 Jurídica da SEMA que fizesse um parecer, que foi encaminhado a vocês e com isso vimos
491 que nós estávamos corretos em relação a isso. Depois encaminhamos a todos os comitês
492 pra servir de parâmetro e o pessoal não gostou muito. Nós fizemos um levantamento
493 pedindo para os próprios comitês, vinte e quatro no total, em alguns consta permitida
494 recondução e outros não diz nada. Só que pela justificativa que os comitês pertencem à
495 estrutura administrativa do Estado, da administração pública, eles devem observar os
496 princípios administrativos para realização dos seus objetivos, em especial o princípio da
497 legalidade. A partir do levantamento que foi feito nos regimentos internos dos comitês, não
498 vou falar os nomes dos comitês, mas teve comitê que o presidente ocupou a presidência por
499 seis vezes. Então nós, da secretaria executiva, discutimos e estamos trazendo a proposta
500 de encaminhar esse assunto a CTIJ, que é composta de representantes dos comitês, pra
501 fazer uma revisão dos regimentos internos dos comitês e vimos que alguns têm problema
502 também na secretaria executiva que é condicionada a gestão do presidente. **Conselheiro**
503 **Daniel:** eu sou o segundo presidente do comitê, fundado em 1998 e só teve dois
504 presidentes, num processo democrático, participativo, discutido na forma como o Taquari-
505 Antas sempre fez. Em 2008 fizemos revisão do regimento interno e quando chegou nessa
506 pauta, que não constava no regimento interno, nos queríamos renovar, porque nossas
507 reuniões originalmente eram bimestrais, apresentavam câmaras técnicas que não tinham
508 efetividade. Então a plenária do comitê buscou em 2008 rediscutir todo o regimento interno
509 e quando chegou nesse tema, por isso que eu digo que é quente, a discussão era: como
510 nós vamos fazer pra, como funciona isso. E a plenária do Comitê Taquari-Antas decidiu que
511 a diretoria do comitê ela é eleita de acordo com as plenárias que são eleitas. Toda plenária
512 ela pode ser substituída cem por cento, trinta por cento, cinqüenta por cento, de acordo com
513 a vontade das instituições que assim estão lá. E no momento que tomam posse uma
514 plenária nova, ela coloca em votação a direção que ela decidir. Então essa autonomia do
515 novo sempre ser num processo de renovação de um parlamento, ficou muito claro e límpido
516 na bacia hidrográfica do Taquari-Antas. Eu estou no meu terceiro mandato, o professor
517 Izidoro Zorzi teve três mandatos e num processo que dentro da plenária do comitê Taquari-
518 Antas é livre, liso e sem colocação de impedimentos. Então eu só fico questionando um
519 pouquinho assim: nós somos um parlamento, comitês de bacias hidrográficas são
520 parlamentos, com as cadeiras ocupadas por usuários da água, por representantes da
521 população, que podem ser diferentes, que não tem gestão de recurso financeiro algum e
522 que eu não sei em que pé isso vá atrapalhar. Agora, eu só não sei se tem que chegar na
523 plenária do comitê e dizer: olha vocês só podem eleger alguém por dois anos. E se eles
524 disserem: mas essa escolha é nossa! Numa plenária que **pode** ser totalmente substituída.
525 Então esse entendimento, essa evolução que eu gosto de deixar bem claro, porque pra nós
526 já se discutiu muito lá dentro do comitê, na renovação do próprio regimento interno e vamos
527 dizer assim, foi discutido, mas claro se o Conselho acha que tem, legal, façamos a mesma
528 coisa na Assembléia, nas Câmaras de Vereadores, façamos nos outros parlamentos que
529 nós temos no Rio Grande do Sul. Vamos colocar uma regra de poder ser reeleito ou não,
530 coisa desse tipo assim; porque nas cadeiras ninguém diz: olha a cadeira que você ocupa, só



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 pode ocupar dois anos, não, isso não tem limite. Então esse questionamento vem bem,
532 vem! Acho que o que foi colocado, quem tem regimento com isso claro, tem que se deixar
533 claro mesmo, mas um engessamento do sistema, eu tenho uma posição clara. **Secretária**
534 **Executiva adjunta Carmem** esclareceu não estão impondo nada, estão apenas corrigindo.
535 **Conselheiro Paim:** esse assunto foi posto pela Carmem e deu uma certa impressão de que
536 eram um só e vou me manifestar sobre dois assuntos. O primeiro que foi colocado na
537 segunda ordem, o dos regimentos e até agora, ao longo desses anos todos, todos os
538 regimentos do todos os comitês foram discutidos e aprovados pelos comitês. Os que têm
539 cláusula que limita o número de vezes que o presidente pode ser reconduzido e os que não
540 têm. Todos eles foram discutidos no âmbito dos comitês. Conseqüentemente estou abrindo
541 voto agora e nem foi posto em votação, mas estou abrindo. Então a Secretaria de Obras é a
542 favor de que isso continue, da liberdade plena de cada comitê eleger o seu presidente ou a
543 sua presidente, tantas vezes quanto queira, desde que internamente isso seja permitido. A
544 segunda questão que decorre dessa é o que está sendo pedido pelo então presidente do
545 Mirim - São Gonçalo. Lá, a exemplo dos outros, foi discutido e aprovado o regimento interno
546 que só pode ser reconduzido uma vez. Lógico, estou abrindo o voto também, o pedido deles
547 está negado. **Conselheira Leda:** eu queria colocar na mesma posição que o nosso, que o
548 nosso colega do Taquari-Antas, porque aquilo que está dentro do regimento, e aí
549 concordando com o Paim também, nosso colega de muitos anos que a gente tem discutido
550 a questão dos recursos hídricos. Na verdade mudou a assembléia, mudou os componentes
551 dos comitês, é livre a escolha do senhor presidente. Se num regimento interno estabelecer e
552 que foi aprovado por esse conselho, foram aprovados os regimentos internos quando
553 aprovados os comitês, seguimos o regimento. Se o nosso regimento do comitê Tramandaí,
554 não diz que pode ser reconduzido dois anos, pode ser reconduzido dez, se não existir. Mas
555 também se por acaso disser que só pode ser reconduzido duas vezes, que então se
556 estabeleça. Agora se é pra atingir a todos os comitês então que se faça uma proposta aqui
557 de que os regimentos terão que ser revistos e aprovados nas suas assembléias, aprovados
558 nos seus comitês. É essa a minha proposta, se é pra fazer vigorar a lei administrativa de
559 estabelecimento, vale pra todos isto, que se faça então um regimento e que todo esse
560 regimento seja aprovado por todos os comitês. **Presidente Helio Corbellini:** eu vou pedir
561 vistas a este documento e explico por quê. A democracia que aqui foi colocada várias vezes,
562 ela é maior ou menor de acordo com o que as pessoas querem, o que os coletivos querem.
563 Ninguém sabe o tamanho grande da democracia, nem o tamanho pequeno da democracia,
564 mas uma coisa eu tenho certeza: isso não se olha de forma burocrática, isso eu tenho
565 certeza absoluta. E eu respeito todas as decisões das maiorias, como no caso aqui está
566 sendo levantado. Então, eu estou pedindo vistas para que o setor que aqui colocou
567 aprofunde essa questão. O documento diante da relevância do assunto, que pra nós é muito
568 relevante, aprofunde o documento para que venha o debate e ele esteja substanciado com
569 elementos mais vigorosos do que aqui estão. Então fica o pedido de vistas e sai fora da
570 pauta. **Paulo Samuel:** todos os regimentos são aprovados nas plenárias dos comitês e a
571 partir daí ele vem pra esse conselho, são transformados em resoluções e são aprovados
572 nesse conselho. Portanto, todos os regulamentos, os regimentos estão aprovados pela
573 resolução aprovada pelo conselho. Esse parecer, a nosso ver, está negando a aprovação
574 desse conselho, a nosso ver. Porque ele está dando contra aqueles regimentos, por
575 exemplo, o do Taquari-Antas que não diz nada do seu, ou outros aí. O que pontua no seu
576 regimento, se diz dois anos, uma recondução, mas também tem aqueles que têm aberto.
577 **Presidente Corbellini:** eu pedi vistas, nós vamos discutir, é lógico que pode ver, os ângulos
578 que se enxergam os fatos, eles são diferentes e dependem de um monte de coisas e não
579 vamos mais discutir isso agora, vamos discutir quando esse tema vier novamente à baila.
580 Agora estamos incluindo na pauta a **Item 07 - Resolução que aprova acordo das**
581 **retiradas de água da bacia hidrográfica do Rio Gravataí que foi solicitada inclusão na**
582 **pauta.** **Conselheiro Paulo Samuel:** esse acordo é feito entre os usuários da água, os
583 irrigantes e a CORSAN, no caso na nossa região, a Corsan. Ele é feito desde dois mil seis,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 portanto é o sétimo ano que ele é reeditado. Sentam-se à mesa, a Companhia de
585 Saneamento e os irrigantes da região e se faz o acordo. Bom, em que consiste este acordo:
586 tem os dois pontos de captação, um em Alvorada e o outro em Gravataí e no momento que
587 esses pontos, o nível do rio chega a um metro, é disparado um sinal de alerta. Na época de
588 estiagem pára-se de bombear, os irrigantes páram de bombear por dois dias, continuando,
589 três dias bombeando e dois parando e no momento que volta a chover, é avisado e se
590 bombeia normalmente. Portanto quando o nível do rio chegar a cinquenta centímetros, eu
591 acho que nos últimos três anos não tem mais, pára totalmente aqueles, pára por dois dias e
592 bombeia por três, ele não é executado. Então quando nós chegamos a meio metro a
593 irrigação pára de bombear, ficando só o abastecimento, através da saneamento.
594 Basicamente é isso. A CORSAN monitora as réguas que nós temos e todos os dias nos
595 enviam para toda a rede, DRH, todos os componentes do comitê, PATRAM, Ministério
596 Público, é lançado o nível que o rio está. Em síntese, essa é a resolução que nós trouxemos
597 a esse conselho. O nível de alerta é um metro. **Presidente Helio Corbellini** colocou em
598 votação. Aprovado o acordo de retirada de água do Rio Gravataí. **Assuntos gerais: Mário**
599 **Rangel, Presidente da CTPA:** boa tarde a todos, nós vimos tratando já há três reuniões
600 sobre o orçamento do Fundo pra 2013. Eu tenho uma fala rápida para esclarecer os
601 senhores conselheiros e o Presidente do CRH. A CTPA fez no dia dois de agosto, uma
602 reunião extraordinária, foi solicitado as Secretarias que enviassem suas demandas para o
603 fundo. Então na ocasião fomos informados pelo Diretor do DRH, Marco Mendonça, aqui
604 presente, pela SEPLAG, que a proposta orçamentária pra 2013, é de quarenta e três
605 milhões. Nós recebemos os ofícios com os valores solicitados pelas Secretarias: a SOP, a
606 Secretaria de Desenvolvimento Rural, a SEHABS e a SEMA. A Secretaria de
607 Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo mandou uma proposta de vinte milhões de
608 reais. Essa proposta não veio discriminada pra que queria, veio simplesmente vinte milhões.
609 A SOP enviou uma proposta de trinta e seis milhões e trezentos mil reais. A SEHABS quinze
610 milhões e quinhentos mil reais. A SEMA dezenove milhões, duzentos e trinta e cinco mil
611 reais. Aí vocês vêem que somados esses valores totaliza noventa milhões de reais, muito
612 acima do teto, do valor que foi disponibilizado a nós. Então nós, enquanto Câmara Técnica
613 não temos autoridade para elencar os projetos da Secretaria, a gente só observa e sugere
614 ao Conselho o que a gente pode fazer aí. Diante dessa situação foi encaminhado
615 novamente um ofício a todas as Secretarias, pedindo para se posicionarem, fazendo a
616 readequação, elencando as suas prioridades, bem como planejando uma proposta
617 orçamentária para dois mil e treze, por desembolso no período, porque a gente pode
618 começar a desembolsar e depois fazer uma suplementação, para em dois mil e quatorze
619 completar esses valores. E também na medida do possível, respeitando a distribuição do
620 fundo, que conforme a resolução nº. 44, tem percentuais para cada secretaria. A gente teve
621 um retorno que não foi o esperado, já que essas propostas que a gente tinha recebido
622 ultrapassavam quase o dobro do valor. Então dia quinze de agosto nos reunimos
623 novamente, na qual participou também o Diretor Geral, Secretário Executivo do Fundo,
624 Marco Aurélio, e a proposta da SEMA foi analisada por nós, que foi encaminhada,
625 pormenorizada, os saques e os projetos elencados. E aí em relação as demais secretarias a
626 gente não pode se posicionar, porque como Câmara Técnica a gente não tem gerência
627 sobre as secretarias, que tem lá seus projetos e conseqüentemente, que tem que gerir o
628 fundo é o conselho. De lá pra cá tivemos uma comunicação da Secretaria de Habitação que
629 se adequou ao fundo, trouxeram aqui esse documento com os projetos e os valores dentro
630 do percentual. A secretaria de obras diminuiu um pouco na sua proposta, mas ainda ficou
631 em trinta e quatro milhões e trezentos mil reais. Eu queria passar aqui pra vocês como é o
632 fundo, como se distribuem os recursos do fundo. Em dois mil e doze o Meio Ambiente ficou
633 com 23,94% do fundo. A Secretaria de Obras ficou com 50% do fundo. Em dois mil e doze a
634 SEMA ficou com nove milhões e alguma coisa, a SOP com vinte milhões e oitocentos mil
635 reais, que equivale a 50% dos valores do fundo, a SDR com quatro milhões e meio,
636 equivalente a 10,82% do fundo e a SEHABS com seis milhões e trezentos mil, que equivale



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 a 15%. A previsão pra 2013 seria assim: pra meio Ambiente R\$ 16.765.000,00, equivalente
638 a 34,50%, há um acréscimo, a SOP R\$ 21.000.000,00, diminuiu um pouco pra 43,21%, SDR
639 R\$ 4.500.000,00, equivalente a 9,26% e a SEHABS R\$ 6.335.000,00, equivalente a 13,03%.
640 As únicas duas secretarias que se adequaram a esses valores foram a SEHABS e a SEMA.
641 A SDR não mandou resposta ao ofício que enviamos pedindo para se adequarem e
642 pormenorizarem os projetos e a SOP, mesmo diminuindo alguma coisa, não chegou ao teto
643 estabelecido. Nós, enquanto Câmara Técnica, não podemos avaliar somente essas que
644 vieram dentro desses valores, então aí colocamos ao conselho para decidir. Também foi
645 colocado que se adequando a esses valores, por demanda, se poderia fazer uma
646 suplementação mais adiante. **Conselheiro Paulo Samuel:** desse valor orçado, quanto já foi
647 executado? **Mário Rangel:** esse é o orçamento para 2013. **Heloísa Fiori:** acontece gente
648 que por mais que nós desejássemos manter os percentuais estabelecidos e aprovados no
649 CRH, pela resolução nº. 44, a SEPLAG sempre estabelece o teto, mesmo tentando negociar
650 e negociar, é um teto. Então a única saída é nos adequarmos no primeiro momento ao teto
651 da SEPLAG e num segundo momento fazer a suplementação, desde que os projetos sejam
652 realmente viáveis, projetos de Estado, não é nem de Governo, estou falando projetos de
653 Estado. Então vou dar aqui os tetos que a SEPLAG estabeleceu, não fomos nós; em cima
654 disso temos que montar uma execução pra vocês aprovarem na próxima reunião, que se
655 não der quorum, eu até pediria de antemão que permitisse ao Presidente aprovar ad
656 referendum. Em cima dos tetos estabelecidos que SEPLAG nos passou, não inventamos:
657 SEMA: 16.765.000,00 – 34,75%, SOP: 21.000.000,00 – 50%, SDR: 4.500.000,00 – 9,26 e
658 SEHABS 6.335.000,00 – 13%. Acho que temos que pensar em termos de projetos, parar de
659 pensar em termos de valor, quem levou mais ou menos. Temos que ver o que é prioritário,
660 acho que é responsabilidade do CRH ver realmente os projetos prioritários. Não adianta nós
661 termos quarenta milhões e desses quarenta milhões, vinte milhões não são prioritários, só
662 pra dizer que nós somos donos do dinheiro. Não é por aí. Eu acho que nós temos que
663 discutir realmente de forma técnica, certo? Bom, deixo pra vocês e quero dizer o seguinte: a
664 SEHABS se adequou, porque nós solicitamos que projetassem as demandas por
665 desembolso no exercício pra não engessar o orçamento. Então o Plano Estadual de
666 Saneamento, que a SEHABS previa cinco milhões, o que vocês vão desembolsar em 2013?
667 Um milhão e meio? Então coloquem um milhão e meio. Com isso baixa o teto de todas as
668 secretarias. A SOP tentou, mas não conseguiu, porque o desembolso da SOP é grande
669 porque tem muita contra partida. Eu acho que o Paim pode explicar isso, não sou eu que
670 vou explicar. A SDR foi a única que não nos deu a mínima importância. Estou realmente
671 reclamando aqui, eu acho um absurdo, pediram o nosso dinheiro e saiu anteontem no jornal,
672 na página 10, da Rosana de Oliveira, a SDR dizendo que a meta é investir vinte milhões,
673 são os vinte milhões que estão nos pedindo aqui. Isso aí vocês que vão decidir, porque eu
674 não sou conselheira, graças a Deus! **Eldo Frantz, Comitê Santa Maria:** Esse é o parecer
675 da Câmara Técnica? **Mário Rangel:** a Câmara Técnica pode dar o parecer acima daquilo
676 que está adequado aos valores, aquilo que não está adequado a resolução. Temos que
677 devolver ao conselho, porque na realidade quem geri o fundo é o Conselho e os
678 conselheiros. **Conselheiro Paim:** agora a Heloísa acabou de dar a informação oficial,
679 porque a informação que a SOP tinha era extra oficialmente. Agora estou falando em
680 Conselho, não na Câmara Técnica. De novo nós estamos na velha situação e talvez a
681 solução que foi dada, no ano passado, agrade a todos, e foi o que eu entendi na fala da
682 Heloísa. Os trinta e três, trinta e quatro milhões que a SOP precisa, na sua esmagadora
683 maioria são contra partidas do Estado a recursos federais. Então representando a SOP
684 neste Conselho não dá fingir que isso não existe e dizer: não, então a SEPLAG colocou
685 como teto, vinte mil e oitocentos, então ok, o que couber dentro dos vinte e um e o resto não
686 tem. Não, é preciso, e aí quem conhece orçamento sabe disso, é preciso que isso fique dito
687 em algum lugar, porque senão não haverá suplementação. Então o que nós poderemos
688 fazer? Dos trinta e seis, dizer que isso, isso, isso aqui está dentro dos vinte e um, que é o
689 teto máximo da SEPLAG. E o que ficar fora, tem que ficar registrado em algum lugar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 Imagine o Governador sentado lá na sua mesa e dali um pouquinho vem uma demanda pra
691 ele de que ele precisa colocar, não sei quantos milhões, de contra partida de recursos
692 federais. Então nós temos que avisá-lo: olha o que a SEPLAG nos colocou como teto, não
693 falo só da SOP, mas de todas as secretarias, é tanto, a demanda é tanto e em algum
694 momento terá que ser suplementado. Isso é planejamento. E isso nós, como Conselho,
695 temos a obrigação de fazer. **Presidente Corbellini:** nós temos então que marcar uma
696 reunião extraordinária para aprovar o orçamento. E mais duas coisas, uma, não é bem
697 assim esse negócio da SEPLAG botar teto, nós aceitamos se queremos. Lógico, eu como
698 Governo, vou defender aquele teto, mas ela tirou de algum lugar aquele teto, aquele valor,
699 isso é uma coisa. Não estou falando contra o Governo, ao contrário, vou sempre defendê-lo,
700 mas só pra nós sabermos como funciona isso. Outra coisa, a primeira reunião que eu estive
701 aqui no CRH, foi a aprovação do orçamento do ano passado. Eu fiquei impressionado
702 porque ele não era embasado em nenhum projeto, eram rubricas. Eu não vou aprovar nada
703 que não esteja em cima de projetos, porque é fácil botar um dinheiro no orçamento, uma
704 rubrica, o difícil é a execução orçamentária. E o mais importante para a gestão do Governo,
705 é a execução orçamentária e se não tem projeto, não acontece. Então eu vou olhar, eu não
706 recebi ainda, só estou ouvindo o debate, olhei por cima, fui lá cansar o Governo que queria
707 mais, conseguimos um pouco mais; porque nós temos projetos agora pra desenvolver.
708 **Conselheiro Paim:** Eu vou me lembrando e vou trazendo informações que não foram
709 trazidas pela CTPA, infelizmente. Todos nós conselheiros precisamos saber que o
710 Governador Tarso Genro tem os famosos projetos prioritários, projetos que entre outras
711 coisas tem se tido um gerente. Esse gerente é monitorado direto do centro de Governo o
712 tempo todo, esses gerentes se reportam a uma estrutura de salas de gestão, num
713 crescendo que termina numa sala de gestão número cinco, direto dos Secretários de Estado
714 e do Governador, e de que estes projetos são necessariamente entre outras características,
715 prioritários para efeito de gestão pública. **Presidente Helio Corbellini:** só um minuto Paim,
716 pra você não induzir as coisas aqui. Só são prioritários projetos que já tem recursos, só se
717 ele tem recurso, ele não passa mais em nenhum outro orçamento se eles já foram dotados
718 no início do projeto. **Conselheiro Paim:** o que eu quero informar é exatamente isso. Então,
719 por exemplo, os famosos barramentos na Bacia do Caí, quero registrar que temos que
720 tomar um certo cuidado quando se fala da secretaria, como se todos os projetos fossem do
721 Secretário ou meus, que sou Diretor de Irrigação. Fatalmente que não. O que eu quero
722 colocar é exatamente isso, os projetos que tem recursos alocados no PAC, estão hoje na
723 Secretaria de Obras, eles foram obrigados a entrar na lista de prioridades, pra poder garantir
724 recursos, exatamente o que o Secretário falou. Essas informações têm que rolar, senão o
725 conselho fica tomando decisões sobre parte da verdade. **Presidente Helio Corbellini:**
726 agora vou dizer uma coisa pra vocês: se eu não me engano, toda verba que nós colocamos
727 como Secretaria, são para projetos de fortalecimento de nosso sistema. Eles não estão
728 dentro desses projetos prioritários, porque para nós tem as prioridades do Governo e tem as
729 nossas prioridades, que são um pouco mais do que aquelas também que são do Governo.
730 Nós queremos modernizar todo o DRH e nós vamos fazer isso. Não sei se vocês estão
731 sendo abastecidos de informações sobre o que está se fazendo, os planos de bacia que
732 queremos terminar todos, etc. Tudo isso é fonte de recursos do fundo. Então vamos marcar
733 uma reunião, vocês topam marcar uma reunião extraordinária, senão vou acabar eu tendo
734 que assinar ad referendum, mas eu acho uma boa discussão o orçamento. **Conselheira**
735 **Margarete:** meu departamento não é o de orçamento, mas vou defender a minha secretaria,
736 que é o mínimo que eu posso fazer. A SEPLAG estabelece limites por necessidade, não é
737 porque ela queira, então isso tem que estar bem claro, o orçamento do Estado tem que ser
738 realista, então o que ele arrecada e o que ele gasta tem que fechar. E na verdade o Estado
739 não consegue fechar. Então, esses limites são estabelecidos por necessidade. **Presidente**
740 **Helio Corbellini:** e não só por necessidade, com também por média. Se a secretaria nunca
741 executou mais do que "X", porque eu vou dar mais "Y"? **Conselheira Margarete:** também
742 queremos lembrar a meta do orçamento do Estado, que a execução dos últimos dez anos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

743 não passa de cinquenta a sessenta por cento do que está previsto no orçamento, a
744 execução é muito abaixo. **Presidente Helio Corbellini:** quando fiz referência, eu só disse
745 assim: não é lei e regra que ela coloca, ela tem razões por colocar limite e aqui nós
746 aprovamos se quisermos, lógico e mesmo aprovando, quando chega lá é cortado, porque o
747 Governador é que tem a caneta. Bom, então vamos marcar a reunião para discutirmos esse
748 orçamento? **Diretor Marco Mendonça:** dia 14 de setembro vai ser encaminhado para a
749 Assembléia, quanto antes podermos fazer, melhor. Eu proponho que seja na semana que
750 vem, regimentalmente seriam três dias para avisar, mas seria bom combinar, já que o
751 plenário está bem composto, para uma data mais próximo possível da atual. **Conselheiro**
752 **Paulo Samuel:** antes de marcar essa reunião eu gostaria que fosse socializado aqui nesse
753 Conselho, do orçamento de 2012, quanto é que foi executado até agora. Eu sei que tem
754 relatório, mas estão dizendo que vai ser definido que é "X" pra uma secretaria, "Y" pra outra.
755 Quanto é que tem cada secretaria capacidade de executar e quanto é que foi executado até
756 agora. **Presidente Helio Corbellini:** que seja encaminhada a execução orçamentária para
757 os senhores conselheiros, só tem o seguinte: a execução orçamentária ela é de todo o
758 orçamento, possivelmente algumas coisas vocês não vão identificar nas contas, porque
759 depois disso é colocado dentro do orçamento geral. **Conselheiro Daniel Schmitz:** com
760 relação à proposição, nós vamos receber também? **Presidente Helio Corbellini:** vocês vão
761 receber, é lógico. **Conselheiro Daniel:** e o que nós vamos trabalhar na reunião
762 extraordinária? **Presidente Helio Corbellini:** sim, vocês têm que receber o mais detalhado
763 possível, as propostas, projetos, recursos, valores e tal. **Conselheira Leda:** por exemplo, se
764 a SOP quer dinheiro para fazer poços artesianos, vamos supor que seja isso, por causa da
765 estiagem, que venha bem claro, que esses poços que vão ser estabelecidos é uma questão
766 de emergência por estiagem. Será que isto é? A gente tem que colocar também. Será que
767 isso é o fortalecimento do sistema de recursos hídricos? Financiar esse tipo de recurso para
768 outras secretarias? Isso tem que ficar muito claro nessa reunião. **Mário Rangel:** a CTPA
769 também vai se reunir extraordinariamente e pede as secretarias que mandem seus projetos
770 para podermos avaliar e passar então para o conselho. **Presidente Helio Corbellini:** muito
771 bem lembrado; secretarias encaminhem seus projetos a CTPA, mesmo que seja
772 contrapartida, porque ela normalmente está numerada e vinculada ao projeto. E fica
773 marcada para o dia 04 de setembro a reunião extraordinária. **Conselheiro Daniel Schmitz:**
774 na função de coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês, nós temos algumas demandas a
775 ser colocadas, que nós tivemos reunião nesta manhã, ao qual tínhamos presente dezenove
776 comitês de bacia hidrográfica do Rio Grande do Sul, que está sendo muito positivo no
777 Fórum Gaúcho esse processo de articulação e participação. Nós gostaríamos de trazer
778 algumas informações e algumas demandas que fossem colocadas ao conselho, e também
779 aproveitando a oportunidade, a própria Secretaria e o próprio DRH. Com relação à
780 contratação dos termos de referência dos planos de bacia, nós conversamos hoje, a notícia
781 é muito boa, que foi passado oficialmente, mas extra oficialmente, não escrita, dos planos
782 que estarão sendo implementados, novos planos complementados, aqueles que precisam
783 ser complementados. E nós gostaríamos que essa definição, o mais breve possível fosse
784 oficiada aos comitês e a sociedade como um todo, para que a gente pudesse fazer um
785 acompanhamento tanto da projeção dos planos que virão ser feitos, em que momento
786 deverão ser feitos e dos próprios processos de construção do seu termo de referência,
787 porque o termo de referência é aquela, todo terno é igual, tem calça e tem um paletó, mas
788 nem todo corpo cabe naquelas calças e naqueles paletós, os termos de referência é mais ou
789 menos isso também, tem que ter adequação ao corpo e a construção pra isso e os comitês
790 precisam estar articulados e atentos pra que se faça os termos de referência, lógico com
791 um modelo muito claro de política de gestão de recursos hídricos com todos os conteúdos
792 adequados as bacias hidrográficas a que se diz respeito. Com relação à oficina que foi feita
793 sobre prestação de contas e plano de trabalho no acesso dos convênios ao fundo de
794 recursos hídricos. O fundo de recursos hídricos ele há muito precisa de normatização, ele
795 precisa de um manual, de regra clara e básica. E quando se sentou junto com o DRH, junto



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

796 com a CAGE pra se tirar os mal entendidos ou bem entendidos, deixar reforçado o que
797 precisa ser feito para que tenhamos a viabilização de que as instituições que fazem suporte
798 aos comitês, possam acessar, através de convênio, o recurso do fundo, para que aquilo que
799 for discutido se transforme num documento oficial, construído, que tenha a partir daí um
800 regramento claro, que no momento da leitura dos processos de liberação de recursos de
801 convênios de estruturação, de construção dos planos de trabalho, ou também da questão de
802 avaliação dos resultados dos relatórios, esteja tudo muito bem claro e escrito de que forma
803 isso deve funcionar. Então uma demanda a ser feita ao DRH, para que nós tenhamos o
804 processo claro e pronto. Esse assunto no entender dos comitês de bacia hidrográfica é um
805 capítulo do manual de acesso e de gestão do fundo de recursos hídricos, que também tem
806 os capítulos de como se dão os projetos que vão ao Fundo de Recursos Hídricos, de que
807 forma isso pode funcionar. E isso cada vez mais que nós tomamos ciência desse
808 monstro que é o orçamento e discutir isso dentro do Conselho é uma insegurança, é
809 uma questão muito clara de insegurança, vamos chamar também de desconforto com
810 relação a isso; de achar que tem bastante recurso, que tem destinações necessárias, umas
811 atendidas, outras não tão atendidas, por diversos problemas que a gente está um pouquinho
812 cansado já de conhecer. Então de imediato esse assunto que já foi um pouquinho mais
813 batido agora, talvez seja um capítulo do manual de acesso ao FRH, que é essa parte dos
814 convênios de manutenção dos comitês de bacia hidrográfica, então seja escrito, seja
815 passado e transformado em resolução do CRH, pra que a partir daí seja cumpridas por
816 todas as partes, por todos os lados da mesma forma, entendido da mesma forma. Nós
817 tivemos na reunião de hoje também um grato prazer de fazermos um exercício na reunião
818 do Fórum Gaúcho, do relato dos encaminhamentos das três regiões hidrográficas do Rio
819 Grande do Sul, das estruturas de gestão e planejamento. A região do Uruguai num processo
820 de construção dum elemento ímpar no Brasil, com relação a uma bacia hidrográfica
821 interestadual, federal, transfronteiriça e que está fazendo uma articulação através de Brasília,
822 com a participação do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para que esse elemento possa
823 acontecer e se tornar uma realidade. É uma grata satisfação a gente ver que o processo tem
824 uma evolução muito positiva com relação a isso. Da mesma forma a região hidrográfica do
825 Guaíba, acumulando uma série de experiências e de conceitos claros com relação a região
826 hidrográfica do Guaíba, de implementação de agências, de discussão sobre isso numa
827 região que precisa de uma atenção muito especial também, para que nós tenhamos uma
828 solução mais do que imediata dentro do processo de estruturação da agência. Um carinho
829 todo especial ao Litoral que se pronunciou com relação a necessidade da sua articulação de
830 toda nossa costa gaúcha, conseguindo lá do Chuí até o nosso Mampituba, conseguir fazer
831 uma articulação da forma que nós precisamos hoje; a partir de agora vamos ter cinco
832 comitês de bacia nessa região, para que nós possamos também a partir daí ver essa forma
833 de colocar. É uma sugestão do Fórum Gaúcho trazer ao CRH a abertura de um espaço de
834 discussão fixo, da discussão e da temática no conselho, dos assuntos referentes a essas
835 três regiões hidrográficas. Isto é gestão de recursos hídricos. A junção de onze comitês de
836 bacia hidrográfica do Uruguai, de nove comitês de bacia hidrográfica no Guaíba e cinco na
837 região litorânea, é necessário que nós tenhamos o conhecimento e o nivelamento no
838 mínimo que ações estão acontecendo, que políticas estão sendo adotadas nessas regiões
839 hidrográficas e o conselho não pode ficar alheio a isto. As políticas individuais até dos
840 próprios comitês, que tem que ser muito bem uniformizadas, pra que a região possa crescer
841 num contorno e também na região hidrográfica na sua busca da implementação das suas
842 agências de bacia. Então isso fica uma solicitação do Fórum Gaúcho pra que seja possível
843 dessa forma. O Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica e Encontro Nacional de
844 Comitês de Bacia Hidrográfica, que nós já relatamos ao Secretário, em reunião realizada
845 ainda nesse mês de julho, na qual nós colocamos a intenção dos comitês de bacia
846 hidrográfica de executar em 2013. A partir da posição positiva da SEMA, os comitês
847 definiram hoje uma comissão que vai começar a trabalhar diretamente sobre esse tema,
848 sobre esses temas de: realizarmos no Rio Grande do Sul o encontro nacional, quer dizer,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

849 pleitearmos a execução desse encontro, da mesma forma que esse ano de 2013 seja um
850 ano que se faça um encontro estadual de comitês de bacia hidrográfica, trazendo a um
851 espaço único todas as plenárias do comitê do Rio Grande do Sul, que a partir daí nós
852 possamos até apontar um planejamento, encaminhamento e implementação das políticas do
853 nosso estado, pra que a partir dessa forma, possamos receber o restante do Brasil como
854 aquele Estado que foi pioneiro, possa dizer aonde que anda e pra onde vai, com relação as
855 políticas de recursos hídricos. Então esta comissão que foi criada hoje, ela tem a
856 incumbência de começar a trabalhar essa temática, de trazer as necessidades econômicas,
857 estruturais, pra que a gente possa fazer disso aí um processo de construção e tornar público
858 a política de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul. Por último, pra encerrar, eu
859 hoje pela manhã não havia lembrado de estender os convites aos demais colegas de
860 comitês, que amanhã às dez horas pela manhã na UNIVATES, em Lajeado, a FEPAM
861 estará apresentando o segundo estudo de compatibilidade, de viabilidade técnica ambiental
862 na implantação de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Taquari-Antas. É uma
863 reunião extraordinária do comitê, é uma temática muito interessante, interessa logicamente
864 a Bacia do Comitê Taquari-Antas, contudo é um estudo temático, emblemático que pode ser
865 adaptado esse estudo a diversos outros temas que dizem respeito aos assuntos de uso das
866 águas em qualquer bacia hidrográfica. Então fica um convite estendido a todos os membros
867 do conselho, aos comitês de bacia hidrográfica, amanhã às dez horas da manhã no
868 auditório do prédio 03, a FEPAM estará apresentando um novo estudo, um reestudo de
869 utilização e potencial hidrelétrico na bacia Taquari-Antas. E todas essas demandas que eu
870 coloquei aqui, vão ser encaminhadas oficialmente ao DRH e ao Presidente do Conselho.
871 **Presidente Helio Corbellini:** como nós vamos aprovar o orçamento, essas demandas
872 também têm que ir pro orçamento e que já venham mais ou menos com o valor, porque
873 sairá possivelmente do orçamento da SEMA. **Conselheiro Paim:** Daniel é importantíssimo
874 que o Conselho acompanhe o que está acontecendo na três regiões hidrográficas, aliás, foi
875 pra isso, por sugestão que se criou alguns anos atrás as Câmaras Técnicas, se elas se
876 reunirem e se elas trouxerem pra cá, estaremos sempre acompanhando em escala um pra
877 um, online o que está acontecendo em todo Estado. Só um comunicado a pedido do
878 Superintendente da Metroplam, Dr. Oscar Escher, que pediu que eu informasse a todos os
879 conselheiros, que está pronto pra relatar o que está acontecendo na região hidrográfica do
880 Guaíba. Mas ele foi convidado para que esse assunto fosse apresentado primeiramente ao
881 Centro de Governo, pra que um assunto dessa envergadura seja tratado com conhecimento
882 de todos e depois apresentado a esse conselho. **Conselheiro Paulo Samuel:** em primeiro
883 lugar eu gostaria de cumprimentar o Diretor do DRH, por ter agilizado a questão da oficina
884 com a CAGE, pra porque nós tínhamos uma demanda numa oficina de prestação de contas,
885 uma vez que cada comitê tinha uma metodologia pra fazer prestação de contas. Foi
886 providenciado pelo Diretor Marco Mendonça, junto com a CAGE, essa oficina e a partir daí
887 as coisas vão caminhar melhor. Gostaria também de comunicar a esse conselho que
888 finalmente hoje ou amanhã deve estar saindo o dinheiro do Comitê do Lago, o qual eu
889 cobrei na última reunião. Então, depois de oito meses está saindo esse recurso. Mas
890 Presidente e Diretor, nós temos o recurso do Butuí-Icamaquã, que foi protocolado, entregue
891 os documentos desde o dia seis de junho e os colegas mais uma vez vem aqui neste
892 conselho, nos Fóruns, participar com dinheiro próprio. Eu gostaria, está aqui o ofício, pra
893 verificar o que está acontecendo e agilizar essa questão desse recurso. Outro ponto; eu me
894 manifestei quando recebi pela segunda vez o adiamento da reunião desse conselho. Eu
895 gostaria que fosse respeitadas as datas das nossas reuniões, primeiro que nós todos temos,
896 o secretário tem sua agenda, suas responsabilidades, nós nas nossas instituições também
897 temos nossas responsabilidades. É como disse no início: tem o Presidente, tem seu Vice-
898 Presidente, se o Secretário não puder ir encaminhar ou presidir a reunião, que faça o seu
899 substituto. Outra questão, que eu fiquei muito chateado, decepcionado, estive semana
900 passada em Brasília, estava numa reunião lá e apresentaram na reunião, que eu fui
901 convidado, era da apresentação dos planos estaduais de recursos hídricos da região norte,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

902 mas eu estava em Brasília e fui convidado a participar. Estavam lá mapeados os Estados
903 que não tem o plano estadual de recursos hídricos e nosso Estado estava mapeado lá,
904 como não tendo o plano estadual de recursos hídricos. Eu deixo uma questão: como é que
905 está o plano? Esta encaminhando, não está?. Então eu gostaria que isso fosse respondido a
906 esse conselho. Também o que ficou na reunião passada e não foi dado uma posição pra
907 este conselho, sobre a reativação do grupo de estudo pra rever a composição do conselho.
908 Isso a gente comentou, cobrou aqui e não teve nenhuma resposta. **Ivo Mello:** eu só queria,
909 até o colega estava aqui presente da SEHADUR, ele estava aqui e saiu, o Guilherme
910 Barbosa, até queria falar na frente dele. Nosso comitê teve uma reunião ordinária ontem, em
911 São Pedro do Sul, aí até dentro da história que o Paulo está á pedindo que se apresente
912 uma prestação de contas da prestação do recursos do FRH. Ontem tivemos a grata
913 satisfação de juntar quase que setenta por cento das prefeituras do nosso comitê e algumas
914 prefeituras que já estavam com bons planos, que o assunto era os planos municipais de
915 saneamento. Foi muito rica a reunião, porque uma Secretaria de Governo prestou contas de
916 todos os projetos que tinham sido executados, e em auxílio as Prefeituras pra executarem
917 seus planos de saneamento, em consonância com o plano de recursos hídricos e nosso
918 recentemente aprovado enquadramento dos usos da água. Eu queria trazer essa
919 informação e que vocês usem isso, porque eu achei que a secretaria está usando muito
920 bem, pelo menos na nossa bacia hidrográfica os recursos do fundo de recursos hídricos.
921 **Paulo Samuel:** essa foi uma sugestão deste Conselho. **Secretária Executiva Adjunta**
922 **Carmem Silva:** Conselheiro Paulo Samuel, eu pedi até hoje pra Patrícia, pra ela esquecer o
923 GT, só a partir de segunda-feira, nós vamos encaminhar pedido de indicação dos
924 representantes dos comitês de cada região pra participar. Vai ser o nosso jurídico e um da
925 cada secretaria que pretende atuar. **O Presidente Corbellini** agradeceu a todos e encerrou
926 a reunião e eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária-Executiva Adjunta do CRH/RS
927 lavro esta ata.